

Margarida Maria Sales

A Análise Psicosocial e Jurídico
Da Violência contra Crianças e
Adolescentes na Comunidade
Cristo Redentor na Cidade de
Itapipoca-Ce.

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – 2002

Margarida Maria Sales

A Análise Psicosocial e Jurídico
Da Violência contra Crianças e
Adolescentes na Comunidade
Cristo Redentor na Cidade de
Itapipoca-Ce.

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do grau de Especialização em
Direitos Humanos à banca examinadora da UFPB, sob a orientação do professor.
Carlos André Macedo Cavalcanti

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – 2002
Margarida Maria Sales

A Análise Psicosocial e Jurídico
Da Violência contra Crianças e
Adolescentes na Comunidade
Cristo Redentor na Cidade de
Itapipoca-Ce.

Orientador: Professor Carlos André Macedo Cavalcanti

Aprovada em

____/____/____

Banca examinadora:

Calos André Macedo Cavalcanti

Maria de Fátima Martins Catão

Maria Nilza Ramalho Cirne

DEDICATÓRIA

Às crianças e adolescentes excluídos socialmente, vítima da violência física.

... E a você, mamãe, e aos que lutam pela causa dos Direitos Humanos, na certeza de que estamos buscando novos rumos para o futuro dessas crianças e adolescentes, marcados pela violência cruel e devastadora em nosso País.

Mensagem:

Para acabar com a violência é preciso combater a fome, a miséria, as drogas, e outras coisas a mais, por que violência gera violência – mas há pessoas que não acreditam na paz, esses são os demônios.

Dasneo - 8ª série

AGRADECIMENTOS

- Ao Movimento Nacional de Direitos Humanos.
- As instituições financiadoras: MLAL, Relações Exteriores da Itália e a Fundação Joaquim Nabuco.
- A Universidade Federal da Paraíba.
- Ao professor Giuseppe Tosi, coordenador do curso de Especialização os Direitos Humanos.
- A todos os professores que ministraram o curso.
- Ao meu orientador Carlos André Macêdo Cavalcanti.

- A secretária da Comissão de Direitos Humanos UFPB – Eliene Antunes.
- Ao CETRA que me apresentou ao curso.
- Ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos Pe. Abelardo Ferreira Lima
- Ao Dr. Eduardo e aos colegas do curso (convivência no hotel Las Palmas).
- Aos companheiros da DHNET de Natal, Roberto e Maíse.
- Aos companheiros Maria das Graças, Lucilene e Luiz (pesquisa de campo).
- Ao Pároco do Bairro Violete – Pe. Aldo Texeira Braga.
- Aos representantes das instituições públicas (fontes pesquisadoras).
- Ao Instituto Josefino pelo dado para a realização dos trabalhos.
- A Guiany Campos Coutinho, colega de curso.
- Ao Dr. José Jucá Neto.

RESUMO

Direitos Humanos x Violência
Criança e Adolescente

O presente estudo tem como objetivo detectar o tipo de violência cometido contra crianças e adolescentes. Para tanto, realizamos pesquisa de campo modelo crítico participativa, qualitativa e quantitativa, tendo como universo 100 pessoas, na faixa etária de 10 a 18 anos de idade, todos moradores da Comunidade Cristo Redentor, bairro Violete, cidade de Itapipoca, Ceará, Brasil. A metodologia utilizada é a fundamentada nas representações sociais e ancorada pelos parâmetros psicossocial e jurídico. Os fundamentos teóricos têm como reflexões os temas: Direitos Humanos, Ética, Evolução Histórica, A violência e a natureza do mal, Criminologia, Criminologia moderna, o olhar da mídia sobre a infância infeliz. Todavia, os resultados da pesquisa qualitativa e quantitativa, através do seu estudo descritivo e a análise de conteúdo, foram satisfatórios, porque proporcionaram alcançar os objetivos propostos pelo objeto da pesquisa. Por último, apresentamos as considerações finais, fazendo alusão ao novo momento político histórico do país, que aponta a Esperança de um novo rumo para o Brasil.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Pesquisa, Violência, Criança e Adolescente.

SUMMARY

Civil Rights and Violence

Childhood and Adolescence

This study has the objective to show the different kinds of violence committed against children and adolescents. Then, it was done a survey with about a hundred people, between ten and eighteen years old, who live in a Community called Cristo Redentor, Violete district, Itapipoca city, Ceará, Brazil. It was a survey of participative, qualitative, quantitative and critical characteristics. The methodology used is based on social representation and supported by juridic, social and psychological aspects. The theoretical basis has as reflection the following themes: Civil Rights, Ethics, Historical Evolution, Violence and the Evil Source, Criminology and Modern Criminology, Media Opinion in relation to the happy childhood. The results of the qualitative and quantitative survey, according to its descriptive study and content analysis, were satisfactory because they reached the proposed objectives. The life story of the people who took part to the survey shows that the police violence is the most practiced in the community, while the domestic violence comes on the second place. Finally, the last consideration are presented. It is also mentioned the new political and historical moment in the country, which give people more hope and confidence in Brazil.

Key words: Civil Rights, Search, Violence, Childhood and Adolescence.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Abordagem metodológica utilizada para a apresentação do trabalho	
CAPÍTULO I – Fundamentos Teóricos.....	15
1 – Antecedentes sobre o processo sócio-histórico da criança e do adolescente.....	15
2 – Aspectos Teóricos relevantes para leitura dos dados diagnosticados.....	16
2.1 – Direitos Humanos, Ética e Evolução Histórica.....	17
2.2 – Violência e Natureza do Mal e Terrorismo.....	19
2.3 – Aspectos Criminológicos.....	23
2.4 - Criminologia Moderna.....	25
CAPÍTULO II – Procedimentos Metodológicos.....	28
CAPÍTULO III – Resultados da pesquisa de campo, dos dados qualitativos.....	30
1. Análise do conteúdo da história de vida dos pesquisados.....	30
2. O estudo descritivo dos dados quantitativos.....	35
CAPÍTULO IV – O olhar da mídia sobre a infância infeliz.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
ANEXOS.....	55

INTRODUÇÃO

“Não basta saber, saber é fácil, amar é difícil. Saber é entrar em si. Amar é sair de si mesmo.”
Alceu Amoroso Lima

Como militante dos direitos humanos há mais de vinte anos, tenho muitas razões para desenvolver essa análise psicossocial e jurídica a respeito do tema Violência contra criança e adolescente, o que se constitui violação grave dos direitos humanos da infância e adolescência.

Em face disso, posso afirmar que venho exercendo minha militância desde o período da fundação do CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, que ocorreu numa reunião realizada no dia 05 de maio de 1982, pelo Conselho Arquidiocesano de Pastoral convocada pelo Arcebispo Metropolitano Sua Eminência Dom Aloisio Cardeal Lorscheider. Na ocasião o CDPDH foi estruturado, organizado e formulado seus objetivos, o que foi aprovado na Assembléia Arquidiocesana de 1981.

O Centro tinha como objetivo defender e promover os direitos humanos lesados das populações carentes da cidade e do campo que sofriam a falta de terra para a moradia na área urbana e de sobrevivência da área rural, pois era grande a concentração de terra nas mãos dos latifundiários gerando violência contra os trabalhadores rurais e na área urbana a violência nos despejos relacionados a questão da moradia.

A equipe executiva do CDPDH ficou assim constituída:

- Presidente: Cardeal Aloísio Lorscheider
- Diretor: Pe. Abelardo Ferreira Lima
- Secretária: Margarida Maria Sales
- Advogados: Dalton Rosado e André Luiz Holanda Lopes

O CDPDH da Arquidiocese de Fortaleza desenvolveu seu trabalho articulado às CEBs - Comunidades Eclesiais de Base, aos sindicatos, às pastorais e a outros seguimentos da sociedade civil organizada e juntos nessa luta conseguimos influir nas políticas públicas do estado, resultando na minimização da violência no campo e da cidade com a implantação da reforma agrária no estado do Ceará.

Essa Instituição, por sua exemplar atuação no campo dos direitos humanos, fez surgir novos parceiros como por exemplo os Centros de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza, da Assembléia Legislativa do Ceará, O Centro de Defesa da Favela de Pirambu, o

Centro da Vida do Heberth de Souza, os Escritórios Modelos da UFC e UNIFOR entre outros, todos voltados para a defesa dos direitos do povo carente.

O CDPDH participou em 1982 do I Encontro de Direitos Humanos do Regional Nordeste realizado em João Pessoa-PB e em 1983 do II Encontro dos Direitos Humanos Nacional e de todos os encontros sucessivos, dos quais participei como representante do Centro em Vitória do Espírito Santo, Brasília e em Goiânia, oportunidade em que o CDPDH se filiou ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

De 1982 a 1994, trabalhei no CDPDH exercendo a função de secretária executiva e também profissional da área jurídica.

A partir de 1995 militei em outros movimentos similares, retornando ao movimento de Direitos Humanos em 2000 com a fundação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos "Pe. Abelardo Ferreira Lima" (ONG) sediado na cidade de Itapipoca, que conta com as parcerias do CETRA - Centro de Estudos de Trabalhadores Rurais, Diocese de Itapipoca e a FACEDI - Faculdade de Educação de Itapipoca.

Minha militância continua através do trabalho de defesa dos direitos humanos ao longo dos anos. Especificamente, no momento, a preocupação maior é a defesa da infância e adolescência, o que constitui o objeto de estudo dessa monografia.

O nosso objeto de estudo foi feito a partir do resultado de uma pesquisa, que levantou informações a respeito da problemática da violência, especialmente a praticada contra crianças e adolescentes em situação de risco, na comunidade Cristo Redentor, no bairro Violeta, na cidade de Itapipoca-Ce.

Esse é um tema que vem apresentando um elevado índice de crescimento no contexto sócio-histórico da modernidade. Um exemplo disso é a sociedade brasileira marcada por uma crise profunda de desigualdades sócio-econômicas, tornando-se geradora da violência de grande potencial ofensivo, que nos leva ao pânico, sobretudo nas áreas urbanas.

Isso tem suscitado debates e reflexões nas sociedades de modo geral. No entanto é preocupante a forma banalizada como a imprensa aborda o tema violência, sem se dar conta do medo e do pânico que causa à sociedade, enquanto incentiva a violência. "Toda violência pode ser considerada um ato moralmente negativo, mas nem todo ato negativo caracteriza-se como violência; (...) toda violência é um ato de constrangimento, mas nem todo ato constrangimento é violento" (Marconi Pequeno, p.3).

Porém, com o intuito de obter-se um conhecimento mais profundo dessa problemática, realizamos uma pesquisa de campo participativa, como instrumento investigatório, acompanhada de abordagem psicossocial, fundamentada na teoria das representações sociais crítico participativa. Adotou-se o estudo descritivo dos dados indagativos e a análise de conteúdo quantitativo e qualitativo sob o olhar psicossocial e jurídico, levando em consideração as representações sociais de Moscovici, e ancorados pelos parâmetros sócio-jurídicos. Os sujeitos indagados foram crianças e adolescentes, tendo, como universo, 100 pessoas da faixa etária de 10 a 18 anos de idade. O instrumento investigatório utilizado na pesquisa foi um questionário, contendo 100 perguntas, 50 delas voltadas para o aspecto qualitativo (estruturado) e as restantes versando sobre a história de vida do público-alvo (qualitativo).

A temática da violência é desafiadora. "Muito dela se fala, mas pouco dela se reflete, e pouco se sabe a seu respeito" (ibidem, p.3). No entanto, ela se manifesta, de todas as formas, no cotidiano das pessoas, tanto no aspecto psicológico como no aspecto físico dos indivíduos; quer seja no espaço privado, intimidade familiar, quer seja no espaço público, isto é nas ruas. Observa-se que na sociedade brasileira se dá um agravamento sistemático da crescente violência. É, portanto, neste contexto de profundas desigualdades sociais geradas pelo poder econômico concentrador de renda, que as crianças e adolescentes são as maiores vítimas da violência brutal decorrente dessa situação tão escabrosa.

Assim sendo, a realização desta pesquisa tem uma grande relevância social. Isto porque através dos dados pesquisados podemos caracterizar o tipo de violência investigada. Pois os resultados de tais dados submetidos à análise contribuirão, no sentido de levar a sociedade a refletir sobre esse angustiante problema visando obter soluções adequadas.

Outro dado importante além da relevância social, é que a pesquisa também tenta oferecer alguma contribuição ao progresso do conhecimento sobre o assunto.

Pois dessa maneira, acreditamos que ela possa ajudar na reflexão, na busca de soluções, na descoberta de instrumentos jurídicos de defesa e proteção à infância e adolescência, no sentido de contribuir para a mudança de uma sociedade injusta para uma mais humana, em que essas crianças e adolescentes passem de vítimas a sujeitos de direitos capazes de conquistarem o pleno exercício da cidadania.

O capítulo I trata dos fundamentos teóricos sobre os temas: Antecedentes sobre o processo sócio-histórico da criança e do adolescente, Aspectos Teóricos relevantes para leitura dos dados diagnosticados, Direitos Humanos, Ética e Evolução Histórica, a violência e a natureza do mal, a criminologia moderna e a criminologia e suas causas. O capítulo II descreve os procedimentos metodológicos e o capítulo III apresenta os resultados da pesquisa realizada na comunidade Cristo Redentor. O capítulo IV expõe uma reflexão sobre o olhar da mídia a respeito da infância infeliz. Por último, tecemos as considerações finais.

CAPÍTULO I – Fundamentos Teóricos

1 - Antecedentes Sobre o processo Sócio-Histórico da Criança e do Adolescente

A Infância e adolescência possuem características próprias em cada época. Passaram por sucessivas mudanças, acompanhando a evolução histórica. Para o filósofo Emmanuel Kant “todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolverem conforme o seu fim”. Por conseguinte as experiências, valores, contra valores e os conhecimentos são transmitidos de geração em geração, através do fio condutor da história. É, pois obedecendo à linha do tempo que podemos tecer algumas considerações sobre a vida de crianças e adolescentes no convívio sócio-familiar de cada época.

É certo, que nas civilizações antigas as famílias tradicionais, caracterizadas pelo patriarcalismo, consideravam a infância como um período frágil, de curta duração, e sem importância para a sociedade. Conforme o autor Philippe Ariès “as crianças eram tratadas com indiferença, e os adolescentes mais ainda”. Pois eles não tinham o reconhecimento que têm as crianças e adolescentes de hoje, como pessoas portadoras e sujeitas de direitos. Esse fato constitui-se a grande diferença entre o início da idade moderna e o período contemporâneo atual no ocidente.

E, em decorrência desses fatos, podemos afirmar, que, o modo abrangente de desigualdades sociais e familiares como também a violação dos direitos humanos, já eram concebidos como hoje, no convívio societário daquela época. Um exemplo disso é que, as crianças pertencentes às classes sociais mais pobres, não tinham a educação, e por isso não gozavam segundo a afirmação de John Locke “do direito à vida e a igualdade de oportunidades”.

Porém tanto a indiferença, quanto o desafeto familiar deram origem a outro tipo de violência, a doméstica. A morte de uma criança, por exemplo, já não causava nenhuma dor pela sua perda. Por isso o infanticídio era permitido e praticado ocultamente com o disfarce de um acidente, mas acontecia através da asfixia, quando as crianças dormiam com seus genitores. “A vida da criança era considerada com a mesma ambigüidade, como hoje, se considera o feto, com uma diferença, o infanticídio era abafado, no silêncio, enquanto o aborto é reivindicado em voz alta, uma civilização no segredo e a outra na exibição”.(Philippe Ariès, p.13) Com isso, pode-se registrar esses trágicos acontecimentos como uma violação do direito à vida-princípio maior.

Pois, segundo Platão: “o direito a vida, à viver em sociedade, a ser feliz, deve ser prerrogativa de todos”.

2 - Aspectos teóricos relevantes para leitura dos dados diagnosticados.

2.1- Direitos Humanos, Ética e Evolução Histórica.

Os direitos humanos pelo fato de serem inerentes à natureza humana, são fundamentais por que têm sua raiz no princípio da dignidade humana. Ela é um valor incondicional, incomensurável e insubstituível. Sem ela a pessoa não pode existir. O respeito pela vida, pela dignidade humana deve existir sempre em qualquer lugar e de maneira igual para todos. (obra cit) “Kant afirma que a dignidade é considerar o “outro como um fim e não como um meio”. (Marconi, Pequeno texto Ética. Direitos Humanos).

No entanto pelo fato de os “Direitos Humanos – serem uma prerrogativa singular do homem obedecem a um processo histórico que os tornam dinâmicos e mutáveis”.

“Na Antiguidade os Direitos Humanos eram considerados como Direito Natural (origem divina). Nesta fase tivemos a influência dos greco-romanos e do Cristianismo. Na Idade Média tivemos a influência do Renascimento quando surge o Direito do Homem e do Cidadão, originando-se os direitos da primeira geração – os civis e políticos. Após a revolução Francesa tivemos a contribuição dos socialistas dando origem aos direitos sociais de segunda geração”. (Jucá Neto, José – Elementos do Direito Agrário, p. 9 a 17/ UFC, 1985)

No entanto, foi “após a experiência terrível das duas guerras mundiais, que os líderes políticos das grandes potências criaram a ONU, com tarefa de evitar a guerra e promover a paz entre as Nações, e consideraram que os “Direitos Naturais” do homem fossem *Conditio Sine qua non*; para uma paz duradoura”. Em decorrência disso surge a Carta Declaração dos Direitos Humanos que avançou no espírito humanista e universalista que deu origem a tantos outros instrumentos jurídicos como os DESCAS – Direitos Econômicos Sociais e Culturais. (Giuseppe Tosi, Anotações sobre a História conceitual dos Direitos Humanos. Formação dos Direitos Humanos na Universidade, p.24).

Por conseguinte, “os Direitos Humanos são universais e naturais... eles se referem à pessoa humana na sua universalidade. Por isso são chamados direitos naturais porque dizem respeito à dignidade da natureza humana. São naturais por que existem antes de qualquer lei, e não precisam estar nelas especificadas para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos”. (...) “os direitos de cidadania dizem respeito a uma determinada ordem jurídica-política de uma país, de um Estado, no qual uma constituição define e garante quem é cidadão, que direitos e deveres ele terá em uma série de variáveis tais como idade, o estado civil, as condições de sanidade mental, o fato de está ou não em dívida com a Justiça Penal etc.” (Soares, Victória, 1998).

Todavia, “o caráter contraditório das afirmações históricas dos Direitos Humanos questiona a pretensão da consciência europeia e ocidental de se considerar um lugar histórico por excelência de emancipação universal e mostra o lado exclusivo e violento que sempre esteve presente durante toda a história moderna até o presente”. (ibidem, p.25).

Contudo, o professor de História da UFPB, Carlos André Macêdo Cavalcanti, afirma: “No nosso modo de entender o dilema autocrítico, típico da modernidade, é contemporâneo da desmitologização da cultura ocidental. Entendemos por desmitologização uma tendência presente na cultura de afastamento das noções místicas. Entendemos que a desmitologização de valores é uma das faces do percurso histórico que transformou a cultura ocidental num ente secularizador e, como diria Weber (1992, p.432), desencantado. Este conceito é nossa contribuição para desvendar o processo geral de intelectualização da cultura”. (...) Uma rápida incursão mitocrítica (obra cit) (Durand, 1989) pode permitir somar a esta idéia evolucionista uma outra imagem igualmente importante a noção gregária dos atos de direitos humanos: 50% dos textos indicados são pactos, convenções e conferências; atos grupais, portanto 33% dos documentos são cartas e declarações também coletivas, enquanto que 17,7% são leis. (idem p. 29-30). (Texto: Direitos Humanos, Desmitologização Tipo Ideal, Formação dos Direitos Humanos na Universidade, p.30 e 32)

Porém, acima de tudo a Ética faz parte dos direitos humanos através de dimensões ético-social e filosófica, que se caracteriza no “modo de pensar, de sentir, refletir, explicar e agir consigo e com o outro; e com a realidade social” (Dimensões do Conceito de Direitos Humanos, Zenaide – 2001).(...) “Por tais motivos é importante reconhecer que a convicção do valor supremo da vida é o que unifica a personalidade individual e a nossa identidade coletiva, mas também existem outros que propomos como convicção, que dão consistência à mística pela vida; solidariedade, justiça esperança e liberdade, capacidade crítica”. (Sine, 91 e 74).

Por outro lado, “o neoliberalismo subordina a conduta ética ao mercado, fomentando assim o individualismo, a competitividade de uma ética do privado. Porém em contraposição com a lógica da ética do particular, os direitos humanos favorecem a ética que enfatiza o público, a solidariedade e o bem comum; colaborando com a construção das relações sociais, na manifestação da justiça, em favor do compromisso coletivo e do fortalecimento dos movimentos sociais e da organização da sociedade civil”.(Candau, Vera – Educação em Direitos Humanos: Uma proposta de trabalho, p.6)

Assim sendo o direito à vida, a uma vida digna e a ter razão para viver, de um ponto de vista humanista, deve ser defendido para todas as pessoas como para os diferentes grupos sociais e culturais. Estas afirmações éticas, políticas, sócias históricas aliados aos aspectos transcendentais apontam para a afirmação de vida, como alternativa para um futuro de paz para a humanidade.(idem, p.7)

2.2- Violência – Natureza do Mal e o Terrorismo

O tema em discussão é bastante complexo. Para se compreender qual seja a Natureza do Mal, Violência e Terrorismo, temos que nos perguntar: Qual é a fundamentação do mal? Como definir a violência? A quem responsabilizar a prática do Terrorismo?

A natureza do mal do ponto de vista filosófico, “em seu primeiro momento, o mal é compreendido como uma espécie de não – ser em contraposição ao ser, expressão absoluta do bem. Os estoicos consideravam bom tudo o que existe, enquanto que o mal seria a marca do nada, da ausência da substância, da falta de essência. Santo Agostinho, por exemplo, afirmava que nenhuma natureza é má, sendo que o nome indica apenas a privação do bem (De Civite Dei, XI, 22). Para ele, todas as coisas são boas, e o mal não é substância porque o fosse seria o bem (Conf. VII ,12). Boécio, da mesma forma, associava o mal ao nada, porque não o pode fazer. Aquele que pode todas as coisas” (obra cit) (Phil, Cons., III, 12).

Thomás de Aquino, por sua vez, ratifica tal a idéia ao afirmar que o mal não pode significar algum ser, alguma forma ou natureza, ele é a ausência do ser, ou seja, de bem. (Marconi Pequeno – Texto Ética e Violência; p.2).

Em segundo lugar há uma outra concepção da metafísica do mal considerada como elemento do conflito interno de ser e do não ser, como a luta dos dois princípios antagônicos. O mal tem sua origem no seio do ser como uma sombra que desliza em sua superfície. Porém essa idéia refutaria o mal como fenômeno real, mas identifica com a racionalidade moderna do dever-ser. Conquanto o pensamento moral de Kant reflita tal idéia, ele acrescenta uma nova concepção: “o mal não é apenas real, mas é também radical. Ele interpreta o mal radical da natureza humana como o princípio que alicerça o comportamento próprio dos seres humanos a todos os seres racionais finitos, levando-os a afastar-se ocasionalmente da lei moral.(...) A questão do mal está circunscrita à esfera da moralidade, que retoma a atitude racional do sujeito.(...) Esse princípio da moralidade kantiana revela a nossa responsabilidade de transgredir as leis morais elaboradas pela razão. Por isso a prática do mal torna-se não apenas possível, mas inexorável, já que o mesmo é um elemento constitutivo da espécie humana”. (ibidem, p.3)

O intelectualismo socrático negava a possibilidade de se agir mal deliberadamente, uma vez que o mal é fruto da ignorância, contudo Aristóteles na Ética a Nicômaco coloca a dificuldade, do ponto de vista moral, em admitir que o mal só seja praticado por pessoas que não sabem o que é o bem. Isto porque existe uma constatação de que pessoas praticam o mal por prazer, por escolha própria. Portanto, “o mal é obra da liberdade humana, razão pela qual quem o pratica não pode ser desresponsabilizado” (ibidem p.03).

Sob o ponto de vista político-social, como defendem os teóricos do contrato social (Loke,

Hobbes, Wolff), a violência é legitimada no Estado de Natureza, razão pela qual os homens se reúnem em sociedade a fim de que ela seja controlada. “O Estado de Natureza é um pressuposto comum a todos os pensadores desse período, ainda que eles o caracterizem de modo diferente: ora como um estado de guerra (Hobbes), ora como um estado de paz instável (Locke), ora como primitivo estado de liberdade plena (Rousseau). (ibidem, p.21) Porém, do ponto de vista antropocêntrico, a violência é praticada pelo homem contra seu semelhante ou contra si mesmo, como define o Professor de Filosofia da UFPB Marconi Pequeno. (Texto Ética)

“Costuma-se definir violência como sendo toda a ação intencional que implique a morte de uma ou mais pessoas, o constrangimento, o sofrimento ou lesões físicas e psicológicas contra a sua vontade. Ora, mas existem atos refutados violentos praticados por indivíduos contra si mesmo, o suicídio individual e o coletivo, o ato de imolação com o fogo em sinal de protesto, bem como a greve de fome, são atos executados com o concurso de vontade da vítima”. (Idem, p. 01).

O mal radical ao revelar que os homens são capazes de fazer mal ao semelhante, mas também a si próprio, instala-se a possibilidade do inumano no humano. Com o mal radical, enquanto obra de liberdade dos homens, desaparece a medida do homem, já que elimina a capacidade de o indivíduo viver e dividir a sua existência com o outro. A violência para além do humano leva à constatação de que existem demônios em forma humana, eis o que o nosso século nos legou. O escritor Primo Levi, sobrevivente do holocausto em seu livro *Se este é um homem* afirma: “não podemos nem devemos compreender a motivação de certos atos violentos sob pena de nós nos identificarmos com aqueles que o praticam ou nos vermos um dia no lugar daqueles que o sofrem (Levi, 1964, p.58). O espanto e a perplexidade talvez sejam as únicas posturas que nos restam diante da barbárie humana”. (idem p. 6 e 7).

“Nos teatros de horrores que marcaram o nosso século, muitos cenários foram esculpido pela dor, muitas paisagens foram delineadas pelo desencanto. A violência não deixou de ser personagem principal nesse drama, o roteiro do macabro parece não ter fim” (idem, p.18). “O terrorismo não foi inventado por Osama Bin Laden e, em sua faceta contemporânea no século passado, encontrou não raros princípios morais, ideológicos e, por fim, religiosos, para os justificar. Os agitadores anticzaristas na Rússia pré 1917 viam no terrorismo a única forma de minar o poder absoluto da nobreza (...) As mobilizações populares em prol de suas causas após a Segunda Guerra Mundial”. (Chomsky, *Terror Oficial República*, p.36 – revista do SITE). Mas o terrorismo mais sofisticado aquele de cuja existência os EUA parecem só se dar conta depois de 11 de setembro, estava presente havia pelo menos três décadas. O que é chocante é que, pela primeira vez um ataque do tipo dos europeus e americanos sempre fizeram se voltam agora contra eles”. E está longe de ser exclusividade de fundamentalistas islâmicos. Nos anos de 70, distinguia-se o Terror Vermelho do Terror Negro: De um lado os radicais anarquistas e da esquerda do outro os neofascistas e nacionalistas. (Idem revista do SITE) . Porém, em consequência desse quadro desumano que:

“o terrível assume a feição disso que o homem faz ao outro, aniquilando-lhe a humanidade, edificando o templo do inferno na terra, fazendo com que ele desapareça ainda que permaneça vivo: o que é pior do que a própria morte. Como avançar a nossa humanidade se diante da violência e da banalidade do mal, não podemos nem mesmo identificar o que de humano ainda resta em todos nós” (idem, p.7).

Como não nos indignar diante do terror que gera pânico e medo na população. Esse terrorismo causado pelas guerras de Nação contra Nação, chega até nós através das guerras entre facções criminosas, motivadas pelo crime organizado do tráfico de drogas que se estabeleceu por todo o país. Esse tipo de violência, a do crime organizado, é altamente sofisticada e detentora de grande poder econômico, capaz de desafiar qualquer poder constituído. O poder dos traficantes tornou-se um verdadeiro poder paralelo ao poder do Estado, que hoje eles têm a ousadia de julgar e executar a quem querem eliminar, substituindo assim os três poderes, o legislativo, por que têm leis próprios, com o toque de recolher, o judiciário porque julga. Executivo porque pode exercer o comando.

Diante da perplexidade, do medo, da insegurança o que nos resta fazer? Frente à situação desafiadora da violência, do crime organizado que se instalou na sociedade civil, temos que nos indignar e cobrar do poder público responsável pela segurança no combate efetivo da violência. Por outro lado exigir que se crie e se efetive também políticas públicas voltadas para

a Segurança Pública, e para social, para o combate à fome, à miséria e outros, para preveni-la e desse modo, sociedade civil organizada e os poderes públicos governamentais, em mutirão, poderem erradicar a violência nesse país e fazer reinar a paz.

2.3- Aspectos Criminológicos

Esse é um problema que se reveste de muita gravidade por que envolve a criminalidade e suas causas. Por outro lado, a conceituação do crime leva em consideração os dois aspectos; o sociológico e o Jurídico.

Optamos por um quadro teórico separado que seja capaz de informar aos leitores e usuários o diagnóstico sobre os quais se fundamentam os resultados dos dados pesquisados do tema proposto.

Entre as questões teóricas que abordamos não se incluem as relativas aos conceitos da criança, infância e adolescência, mas como estamos amparados pelo parâmetro jurídico de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, temos:

“Art. 2º Considera-se, criança para todos os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze a dezoito anos de idade”. (ECA, Lei Federal de 13 de julho de 1990).

A criminologia é o fenômeno que tem por objetivo estudar as causas do crime, o criminoso e os meios de prevenção.

Para tanto o Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina, Caldeira Bastos, citado por Jucá Neto, define a “Criminologia como a ciência que estuda os fatores e implicações do crime, do ponto de vista sócio-psico-biológico, a fim de orientar a política de prevenção em que se inclui o tratamento do criminoso”. (Juca, José Neto, Aspectos da Delinquência Juvenil, Revista do Conselho Penitenciário, nº2, 1978, p.37).

Segundo Carrara, citada por Miranda Rosa, “crime é a infração da lei do Estado, promulgada para proteger a segurança dos cidadãos, resultante do ato externo do homem positivo ou negativo, moralmente imputável. (Ibidem, pág. 37)

Enquanto Carrara discute a criminologia do ponto de vista Jurídico, o sociólogo Miranda Rosa entende que a conduta criminosa é um desvio de conduta geralmente aceita pelos grupos e que, pelo caráter de sua natureza anti-social por parte dessa sociedade”. (idem p.38)

Mesmo sendo diversas as teorias que explicam as causas do comportamento delituoso vejamos apenas as principais.

Para Lombroso em sua tese “o homem delinqüente” desenvolve a tese do Criminoso Nato; mesmo sendo uma tese superada, ele como fundador da Antropologia Criminal, quis chamar a atenção da figura do criminoso”.

Outra causa do comportamento delituoso é explicada através da endocrinologia, seria as glândulas de secção interna, no seu mau funcionamento responsáveis pela conduta criminosa. Contudo, o Professor Vitorino Prata Castelo em sua análise a respeito da endocrinologia, diz que: “a endocrinologia não pode ser apontada como o único fator da formação do temperamento agressivo, mas não pode se negar a sua influência nesse sentido. Os sinais de hipertireoidismo não quer dizer que também esse defeito produza sempre a delinquência, mas é capaz de alterar a conduta dos indivíduos que a sofrem” (idem, p.76).

Infelizmente, são as crianças e os adolescentes as maiores vítimas dessa situação de violência. Eles, mais do que os adultos, sofrem maior influência desse fenômeno de delinquência que cresce assustadoramente, principalmente nas grandes cidades, onde o fenômeno não tem limites, chegando, ao que parece, não ter mais fim.

2.4- Criminologia Moderna.

A problemática da realidade brasileira relacionada com a situação da criança e do adolescente é uma das piores. Temos na verdade uma política voltada para o extermínio de nossas crianças e adolescentes. A rejeição marca a criança desde a sua concepção. Quando consegue nascer, ela é recebida por um mundo hostil que a elimina. E se não acontece, acaba sendo lançada às ruas, onde irá conhecer apenas as fachadas das casas, não desenvolvendo o seu interior. Para completar o cenário da violência policial, dos grupos para policiais, prisões ilegais, tortura e assassinato de rua, pode-se ainda evidenciar tantos outros tipos de violência registrados em nossa pesquisa, como: abandono familiar, tortura psicológica, brigas de gangues, a prostituição infantil, o estupro, a fome e a miséria.

Diante desse quadro desumano, precisamos superara a psicanálise de visão parcial introjectiva

e apelar aos mestres do tema: Jean Piaget e Lawrence Kohlberg. (Direitos da Criança e do Adolescente, p.6 e 11).

“Os grandes problemas sociais são os problemas morais que começam na infância”. Piaget, em uma de suas obras mais profundas, “O Juízo Moral da Criança” (...) aborda de forma singular e brilhante, o tema das sanções que divide em “expiatórias” e “por reciprocidade”, esta última especificada em seis tipos, articulando corajosamente o seu caráter educativo. Kohlberg, mais tarde, complementou os estudos piagetianos trabalhando a formação moral do adolescente até a sua vida adulta. (Balestreri – Direitos Humanos – Coisa de Polícia, p.102 e 103).

Nesta evolução de pensamento observa-se que a Criminologia moderna propõe medidas menos repressivas e mais preventivas; geralmente baseada nas políticas de Proteção presentes nos documentos Internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, na Constituição brasileira de 1988 que no seu art. 227, relaciona direitos e deveres da criança, no Estatuto da Criança e do Adolescente que em seu 1º artigo ressalta este princípio como sendo a orientação para todo o restante do seu conteúdo.

“Todavia, um dos passos mais importantes no reconhecimento da Proteção Integral no Brasil foi a ratificação da Convenção sobre Direitos da Criança, através do Dec. 99.710 em 21.07.90; como também a criação do ECA pela lei nº8.069 de 13.07.90, que teve uma importância fundamental, pois mudou o modo de tratar o menor perante a lei, que até o código de menores tinha uma posição basicamente punitiva(Direitos Humanos da criança - SITE”.

Essas medidas são: advertência, obrigação de reparar o dono, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade e internação. Esta última deve ser cumprida em Centros Educacionais, por até três anos.

Assim sendo, é importante saber que a função de uma lei não é dizer como as coisas são, mas como elas devem ser. O ECA existe para promover mudanças, por que se todos os direitos das crianças e adolescentes estivessem garantidos, não precisaria da lei. O Estado ainda diz que todos; família, comunidade, sociedade e poder público, são todos responsáveis e devem dar prioridade aos problemas das crianças e adolescentes. Por isso, a lei é um instrumento essencial pra construir uma realidade diferente.

Neste sentido o ECA garante que todas as crianças e adolescentes, independente de cor, raça ou classe social, sejam tratados como cidadão que precisam de atenção, proteção e cuidados especiais para se desenvolverem como Adultos saudáveis.

No entanto, a criança não só tem direitos, mas também deveres. Exatamente como os adultos, a criança e o adolescente não podem praticar nada daquilo que a lei brasileira diz que é crime. E se um adolescente comete um ato infracional(crime) pode ser detido em caso de flagrante ou por ordem judicial (da forma como a Constituição determina para o adulto); obedecendo os parâmetros do devido processo legal. Será encaminhado à DCA, (delegacia, e, posteriormente responde ao processo judicial, e o juiz poderá aplicar uma medida sócio-educativa de acordo com a gravidade ou não do ato infracional.

Porém, mediante a ineficiência do sistema privativo de liberdade, que não socializa o infrator, os juizes responsáveis pela Vara da Infância e Adolescência, cômnicos da ineficácia do sistema prisional do Brasil, na sua maioria optam pelas medidas sócio-educativas ao menor infrator com o objetivo de reeducá-lo.

CAPÍTULO II

1- Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados são o estudo descritivo e a análise de conteúdo representados pelos aspectos quantitativos e qualitativos, fundamentados pela Teoria da Representação Social.

“Entendo que a linguagem é socialmente construída (Berger e Luckmann, 1973) e que na teoria das representações sociais a linguagem falada e as expressões socializadas ocupam um lugar proeminente de um dado objeto (Moscovici, 1961), este trabalho nutre-se da palavra e da linguagem através do discurso consciente expresso em entrevista e da projeção do conteúdo latentes e manifestos revelados nas histórias elaboradas (...) sobre representações sociais do projeto da população em estudo”. (Catão, 2002, p. 67).

A pesquisa foi realizada na Comunidade Cristo Redentor localizada no bairro Violeta, sendo um dos mais pobres cuja população é de 8.513 habitantes; com um índice elevado de violência, com cerca de mais de 90%, (FUNASA) situada na cidade de Itapipoca, município do mesmo nome, estado do Ceará, Brasil. O universo pesquisado foram crianças e adolescentes numa faixa etária de 10 a 18 anos de idade distribuídos em 3 grupos: 2 grupos de alunos pertencentes aos colégios da rede Pública Municipal, Escola de Educação Básica José Lins e Colégio Estadual Monsenhor Tabosa de Ensino Fundamental e Médio, e o terceiro grupo da Pastoral da Crisma da Paróquia do Cristo Redentor. Também foram pesquisadas OG e ONGs, como: Conselho Tutelar, S.O.S. Criança, a nível Estadual e Local. O CEDECA e COMDICA, em Fortaleza para a coleta de dados sobre a violência física contra Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará.

- Nesse estudo optou-se pelas estratégias interrogativa e descritiva através da pesquisa de campo que se deu por meio da aplicação de 50 questionários estruturados e 50 de caráter aberto que são as histórias de vida, com pessoas de ambos os sexos.

- A pesquisa em questão foi realizada sobre “os pressupostos teóricos metodológicos da Teoria das representações sociais a qual sendo uma forma de conhecimento que está ancorada na esfera cognitiva, porém sendo o conhecimento um produto social em que emerge, circula e transforma”. (Ibidem, p. 72).

- A mesma pesquisa desenvolveu os trabalhos em momentos distintos. Inicialmente fizemos uma visita para observação e reconhecimento da área de estudo. Num segundo momento mantivemos contatos com o Pároco e com a direção dos colégios escolhidos para a realização da pesquisa de campo, no sentido de conseguir a liberação e motivação dos sujeitos (crianças e adolescentes) para participarem do processo de investigação, do tema em estudo. Num terceiro momento foi realizada a aplicação dos questionários em locais diferenciados: nos 2 colégios e no Salão Paroquial, sendo respondido 50 questionários estruturados e 50 histórias de vida com os seguintes itens: memória dos momentos mais marcantes da infância; a relação do Adolescente com o momento presente; e a fase adulta mais diretamente ligada aos sentimentos e o significado da violência.

A participação das crianças e adolescentes no desenvolvimento da pesquisa foi muito espontânea, houve muita disponibilidade, e até mesmo uma certa alegria por parte dos mesmos, não só em participar, mas, também em dar a sua contribuição para a produção do conhecimento científico a respeito do tema investigado.

CAPÍTULO III

1- Os Resultados da Pesquisa

Para delinear o perfil das crianças e adolescentes vítimas da violência, foram utilizados as variáveis sócio-econômica, demográfica, religiosa, psicológico. (relacionamento consigo e com o outro).

O resultado desta pesquisa realizada na Comunidade de Cristo Redentor, bairro Violete, cidade de Itapipoca-Ce, entre agosto e setembro de 2002, é muito importante pelo volume de informações obtidas porque nos deu as condições necessárias para detectarmos o tipo de violência que mais, vitimiza as crianças e adolescentes naquela comunidade.

“Quanto a metodologia da coleta de dados, entende-se que é necessário adotar-se na busca de conhecimento sobre o homem e a sua vida, uma teoria sobre a própria natureza do homem” (ibidem p. 71).

1.1- A análise do conteúdo da história de vida

A partir da análise das respostas obtidos da história de vida dos pesquisadores e da análise do seu conteúdo, constitui-se um novo conhecimento social que vai contribuir para a transformação.

Para tanto, pretende-se apresentar, neste capítulo a construção do significado e da caracterização simbólica do pensamento e da compreensão que as crianças e adolescentes têm a respeito de violência física ou psicológica por elas sofridas.

Assim sendo, optou-se pela organização em grupos para fazer emergir os sentimentos dos pesquisados através dos relatos de suas histórias de vida nesse processo investigatório.

• Grupo 01 – relação/comigo/ e com o semelhante

Compreende-se aqui a existência de uma relação mais voltada para a linha psicológica. Os sofrimentos causados pela violência descrita pelos pesquisados, causam-lhe a dor física e a dor moral, deixando-lhe marcas profundas no seu psiquismo. Isto prejudica muito o seu desenvolvimento integral, pois a violência produz esses dois tipos de sentimentos, um voltado para si e o outro para o seu semelhante, como revelam os seus relatos: o medo, a tristeza, insegurança, compaixão, injustiça, revolta, indignação e protesto pelo mal causado ao seu semelhante, presentes em seus relatos:

“Eu tenho medo da violência (...) me sinto mal diante da violência (...) fico muito triste quando vejo um caso assim, como criança na rua e adolescente se vendendo para se sustentar (...). Fico muito aborrecida por que as crianças são na maioria indefesas e os adolescentes inexperientes e pouco maduro (...). Tenho um sentimento de raiva, de injustiça. A justiça só tem para alguns, pra metade não tem (...). Eu acho isso muito errado principalmente quando é com crianças inocentes, isso não era pra existir (...). Acho um sentimento horrível, maltratar crianças e adolescentes (...) . Acho muito ruim por que eu já sofri muito e não gostaria que os outros sofressem também (...). Eu acho uma atitude brutal (...). Acho um sentimento não muito ruim por que já partilhei de muita violência entre pai e filho (...) Acho muito ruim, quando um pai bate na criança e no adolescente as vezes eles ficam traumatizados. (...) Eu não gosto porque tem mãe que bate no filho descontando os seus problemas de rua ou até mesmo com o marido. (...) Eu não gosto por que tem mãe que briga com o seu esposo e acaba descontando em seus filhos toda a raiva. (...) Eu acho uma coisa muito errada espancar criança e jovens. (...) o meu sentimento é que as pessoas parem de violentar as crianças. (...) A violência não deve ser praticada em nenhuma fase. Hoje infelizmente está muito grande em todas as fases. Fico revoltada com tanta violência e principalmente em crianças. A violência fere os princípios cristãos Deus disse Amai-vos uns aos outros como eu vos amei. Está faltando amor no coração do homem. A criança é para ser amada e respeitada. Quem não se tornar uma criança não entrará no reino dos céus. Fico tão preocupada com tanta violência no mundo. O homem está se esquecendo de Deus. (...) São muitos os sentimentos por que hoje em dia ocorrendo muitas violências com adolescentes como: espancamentos estupro etc. (...) Para mim quem maltrata uma criança; é uma pessoa que não tem Deus no coração, tem mesmo é que ser punido”.

- Grupo 02 – Violência/Agressão/Destruição nas relações humanas

Percebe-se no relato de história de vida dessas crianças e adolescentes, um olhar voltado para as manifestações de destruição das relações sociais, por meio da indiferença, banalidade, impotência frente a violência manifestadas nas suas formas mais diversificadas de apresentação.

(...) A violência já é normal por que nunca vai acabar. (...) Eu finjo que não está acontecendo, que é um sonho. (...) Infelizmente encaro de forma normal porque hoje a violência faz parte de nossas vidas. (...) Encaro como o pior fato do mundo. Encaro na expectativa. (...) Encaro como do jeito que vier. (...) Encaro com paciência não podendo mudar a realidade. (...) “Que todas devem encarar como algo normal”, entre as pessoas é difícil. (...) vejo como um ato bastante cruel e desagradável e procuro diminuir a violência. (...) Nos dias atuais o clima de insegurança é tão grande que uma pesquisa revelou que cerca de 20% tem a sensação de que é um ato de mau gosto, uma coisa que não era pra existir, fazer parte da realidade, ser assaltado. (...) Ruim é saber que apenas 7% da população confia na polícia militar pra prevenir o crime. (...) Eu vejo a violência no dia-a-dia como muito avançada no mundo de hoje. (...) como um absurdo, não devia acontecer e encaro com muita agonia. (...) Encaro como um coisa muito feia, por que uma pessoa que bate em outra pessoa indefesa é covardia. (...) Encaro com muito medo, mas agente tem que se acostumar, por que os policiais fazem é ajudar. (...) Eu vejo como uma fase que passamos no dia-a-dia, por isso temos que encarar sem medo. (...) Vejo como algo normal, pois a cada dia cresce mais e encaro com realidade. (...) Muito ruim pois pessoas morrem a toda 24hs nas grandes cidades, isso é muito triste. (...) A violência só destrói as pessoas e não leva a nenhum lugar. (...) Vejo como discordância entre as pessoas, que não querem aceitar o que o outro pensa. (...) Vejo como uma falta de respeito, de caráter, incompreensão, audácia, falta de paz, de amor nos corações dos homens”. (...) Uma barbaridade, pois neste mundo, ultimamente a violência não está acabando, está é crescendo ainda mais. (...) Encaro com o meu Deus e Pai; Quem sou eu para combater a violência. E sim nos podemos combater ela., não usando drogas, não maltratando as pessoas. (...) Com muito medo de um dia acontecer comigo.

- Grupo 03 – Pensamento/Significado da Violência

Estabelece-se neste grupo o pensamento sócio cognitivo do significado de violência num diálogo entre as mentes e as idéias dos pesquisados com a realidade do dia-a-dia das crianças e adolescentes vitimizados por essa violência já tão banalizada.

Violência significa algo de muito ruim, falta de amor com o próximo. (...) Significa uma coisa que a pessoa pode evitar através do diálogo. (...) Significa maltratar as pessoas. (...) Significa falta de segurança. (...) Falta de amor nos corações daqueles que praticam a violência. (...) Significa agressão sexual, furto, adultério. (...) Significa falta de Ética. (...) Significa a falta de consciência e de moral. (...) Significa rapaz violento e que surra, etc; mas também existe a violência que machuca e mata, não por fora mas por dentro. (...) Significa “pessoas violentas que não pensam nos outros, mas em si mesmo”. (...) Significa um ato que algumas pessoas praticam sem pensar. (...) Para mim violência é uma coisa ruim, por que violência gera violência, só gera problema, e chega de problema neste mundo. (...) Significa algo injusto e desnecessário pois não precisamos de violência para viver. (...) Eu não sei nem dizer o que significa por que é um absurdo. (...) Significa uma coisa ruim que devemos combater no dia-a-dia. (...) Significa algo impossível de vence-la e que é muito fácil de nos destruir. (...) Uma coisa que nos deveria seguir entre as pessoas, e que deveria ser banida do planeta. (...) Significa um delito muito grave, eu não gosto de violência, mas cadeia é pouco par quem bate nos outros, era bom para dar uma lição pra quem é violento. (...) Significa a desunião, discordância entre as pessoas. (...) A falta de amor e paz nos corações dos homens. (...) Significa desunião entre os povos. (...) Significa uma pessoa má que maltrata crianças e adolescentes. (...) Significa coisa que não presta, como drogas, agressão física, brigas etc. (...) Significa uma coisa que só Deus pode acabar. (...) significa quando as pessoas brigam, e não sabem respeitar os outros. (...) Significa maus tratos as pessoas. (...) Significa uma coisa que não devemos cometer.

1.2 Estudo descritivo dos dados quantitativos.

Os resultados obtidos através das respostas dos questionários estruturados, nos revela o percentual dos dados positivos ou negativos em cada categoria a respeito do tema pesquisado; violência contra crianças e adolescentes objeto em estudo.

Fonte: Pesquisa Direta – gráfico n°1

O percentual da idade dos entrevistados, no gráfico n°1, de 10 a 12 anos é de 10,3%; de 13 a 15 é 69,1%; de 16 a 17 é 13,2%; de 18 anos ou mais é de 7,4%.

Fonte: Pesquisa Direta – n°2

Observa-se no gráfico n°2 que os pesquisados, na sua maioria são pessoas pertencentes ao sexo masculino com 58,8% contra 38,2% do sexo feminino, resultando numa diferença de 20,6%, que visualiza uma certa desigualdade de gênero. Pode-se deduzir que o homem tem ainda a primazia sobre a mulher.

Fonte: Pesquisa Direta – n°3

No tocante a religião, gráfico n°3, professada pelos pesquisados ficou comprovado pelos números que a maioria professa a religião católica com o percentual de 89,7% contra 8,8% que professam o protestantismo, 1,5 que não professam nenhuma confissão religiosa.

Fonte: Pesquisa Direta – n°4

Verificou-se no gráfico n°4, que a escolaridade dos pais é muito diversificada. Poucos são os pais que têm nível superior os dados revelam que apenas 1,5% do sexo masculino que 0% do sexo feminino.

Cursaram o 2o grau completo, 4,4% as mães, enquanto que 1,5% os pais o 2o grau incompleto, 10,3 % as mães e 8,8% os pais, 1o grau completo os pais 14,7% e as mães 11,8%, 1o grau incompleto 45,6% os pais e 39,7% as mães, sabe apenas ler os pais 13,2% e as mães 7,3%; sem escolaridade 20,6 % os pais.

Fonte: Pesquisa Direta – n°5

No tocante à profissão, gráfico n°5, evidencia o ramo de atividades realizadas, pelos pais, assim distribuídas: comerciantes: pais - 8,8%, mães - 0%; Vivem como aposentados: pais - 11,8, mães - 5,9; desempregados: pais - 20,6%, mães - 4,4%; Trabalho doméstico: pais: - 0%, mães - 67,7%; biscateiros: pais - 3%, mães - 4,4%; Trabalham como autônomo: pais - 27,8%, mães - 4,4; funcionário público: pais - 16,2%, mães - 8,8%; Exercem a função de empregador do serviço público: pais - 3%, mães - 0%; Empregador particular: pais - 7,3%, mães - 4,4, %.

Fonte: Pesquisa Direta – n°6

Evidencia-se neste quadro, n°6, que a maioria das famílias vivem na pobreza, e outros abaixo da linha de pobreza, numa desigualdade social profunda geradora de violência. Os dados revelam que 41,2% ganham menos de um salário mínimo, 26,5% 1 salário mínimo, 14,7% de 1 a 2 salários mínimos; 7,3% de 2 a 3 mínimo; 4,4% de 3 a 4 salários mínimos; 4,4,% de 4 a 5 salários mínimos; e 1,5 responderam em branco.

Fonte: Pesquisa Direta – n°7

A respeito da moradia evidenciada no gráfico n°7 são apontados seguintes condições; 79,4% dos pesquisadores têm moradia própria; 8,8% residem em moradia alugada; enquanto que 10,3 % são moradias cedidas; 1,5% (respondeu em branco) não opinou.

Fonte: Pesquisa Direta – n°8

Ainda relacionado à moradia temos no gráfico nº8 a informação de que 1,5% dos domicílios abrigam 1 a 2 pessoas; 30,9% de 3 a 4 pessoas; 47% de 5 a 6 pessoas; e por último 20,6% de 7 a mais pessoas.

Fonte: Pesquisa Direta – nº9

Mostra-se no gráfico nº9 com quem os pesquisados moram; 3% com esposo(a) companheiro(a); 1,5 sozinho; 1,5% com parentes; 20,5% só com a mãe, e 0% só com o pai, enquanto que 72% vivem com a mãe, demonstrando assim a falta de responsabilidade dos pais, que deixam os filhos só na responsabilidade de mãe e esta passa a exercer 2 papéis na família.

Fonte: Pesquisa Direta – nº10

Ressalta-se neste gráfico, nº10, o tipo de relacionamento das famílias pesquisadas, isto é, com quem costumam se comunicar: a) muito - diálogo com a mãe 48,5%, 16,1% com o pai e 30,9% com os irmãos; b) Às vezes 50% com pai, 44,1% com a mãe, 32,4% com os irmãos; d) nunca 1,5 com os pais, 1,5 com a mãe e 39% com os irmãos.

Fonte: Pesquisa Direta – nº11

O gráfico 11, acima, demonstra a situação de violência vivenciada por pessoas da comunidade, a partir do olhar dos pesquisados sobre a realidade: 1,5% não opinaram; 13,2 % disseram que não estão em situação de risco; 11,8% apenas responderam que outros estão em risco; 7,3% registra que há o abandono, negligência da família; 13,2% existe prostituição e 12,1% citam que há miséria e fome; 8,8% constatou agressões físicas a crianças ; 41,2% acha está existindo o uso de drogas, 5,9% as crianças são violentadas sexualmente; 54,4% dizem que existem as gangues, 17,6% revelaram que existem agressões físicas ao sexo feminino, para 16,2% há a presença de violência policial; ao passo que 7,3% identificaram a violência sexual feminina.

Assuntos Muito Às vezes Nunca Branco

% # % # % # %

1 Escola	19	27,9	33	48,5	2	3	14	20,6
2 Namoro	6	8,8	26	38,2	10	14,7	26	38,2
3 Sexualidade	7	10,3	15	22,1	15	22,1	31	45,6
4 Drogas	17	25	15	22,1	6	8,8	30	44,1
5 Problemas econômicos	10	14,7	26	38,2	3	4,4	29	42,6
6 Relação com amigos	20	29,4	15	22,1	3	4,4	30	44,1
7 Namoro	7	10,3	19	27,9	9	13,2	33	48,5
8 Política	12	17,6	19	27,9	3	4,4	34	50
9 Esporte	15	22,1	22	32,4	5	7,3	26	38,2
10 Relacionamento entre a família	25	36,8	18	26,5	1	1,5	24	35,3
11 Religião	21	30,9	16	23,5	1	1,5	30	44,1
12 Futuro profissional	33	48,5	14	20,6	0	-	21	30,9

Fonte: Pesquisa Direta – tabela nº1

Nessa tabela, nº1, acima, destaca-se os assuntos relativos as conversas que os pesquisados tem com seus familiares, com maior ou menor intensidade de acordo com seus interesses particulares.

Fonte: Pesquisa Direta – nº12

Neste gráfico nº 12, registra-se a situação ou violência vivenciada ou melhor sofrida pelos pesquisadores: 20,6% não opinaram; 47% afirmaram que não há situação de risco; e outros 7,3%; em relação ao abandono familiar 4,4% registram o fato, 3% vivem na prostituição; 5,9% passem fome e vivem na miséria; 7,3% dessas crianças são agredidas fisicamente: 14,7% conhecem a droga; 0% dos (entrevistados) pesquisados não sofrerem violência física (feminina) 4,4% participem de gangues; 4,4% sofrem agressões físicas (feminino), 5,9% sofrem violência policial; 0% sofrem violência sexual feminina.

Fonte: Pesquisa Direta – nº13

O quadro nº 13 revela a estratégia utilizada pelas famílias em caso de necessidade; 22,1% pede ajuda a família; 22,1% apela para Deus; 3% através do trabalho infantil; 32,2% não possa necessidade; 16,2% pede dinheiro emprestado; 14,7% compra fiado; 1,5% faz rifa; 22,1 faz biscate e 3% pede ajuda às instituições; 1,5% pede ajuda aos amigos.

Fonte: Pesquisa Direta – nº14

As situações no gráfico nº14 justificam ou não as agressões: para manter a imagem e defender a honra 68,4% disseram sim; e 31,6% disseram não; para reparar uma injustiça: 38,9% disseram Sim e 61,1% disseram Não. Para defender um namorado: 60,5% disseram Sim e 39,5% - Não ; e em defesa própria: 79% disseram Sim e 21% disseram não; para defender a própria família: 84,3% disseram Sim e 15% disseram Não; Para defender amigos: 46% disseram Sim e 54% disseram Não.

CAPÍTULO IV

O olhar da mídia sobre a infância infeliz.

Em primeiro lugar, examinaremos como se comporta a mídia em relação à problemática da violência contra crianças e adolescentes; e qual o seu papel junto à opinião pública a respeito dessa questão.

É evidente que este fato é um fenômeno que tem ocupado ultimamente mais espaço na mídia, isto por causa do elevado índice de abandono das crianças e adolescentes por suas famílias, que na sua maioria desempregadas, vivendo abaixo da linha de pobreza, em consequência do sistema sócio-econômico, concentrador de renda, por isso injusto e excludente.

Porém, é neste cenário, que podemos avaliar como a mídia se comporta frente a essa questão.

De que forma ela tem estimulado a sociedade a refletir sobre esse fenômeno da violência onipresente, e a vislumbrar caminhos para superá-la. Ora, a mídia exerce um papel preponderante na sociedade como formuladora e reformuladora de opinião, por isso ela é capaz de influenciar de forma positiva ou negativa na mudança de opinião do leitor acerca de temas polêmicos, como os abordados anteriormente.

Pois é constrangedor afirmar que a maioria das matérias publicadas pela imprensa escrita sobre a infância e adolescência infeliz, geralmente são abordados de forma preconceituosa, discriminadora e às vezes até estigmatizadora. Isto por falta de sensibilidade por parte dos profissionais que publicam esse tipo de matéria, como também pela falta de conhecimento das verdadeiras causas da violência contra as crianças e adolescentes, pois levam em consideração apenas o registro da ocorrência, (BO), a indignação e/ou sensacionalismo, e não a análise crítica; importante para orientar o leitor nas suas conclusões.

Por isso é inconcebível que um comunicador social desconheça as causas da violência focal, da infância infeliz; pois é nas ruas, por falta de espaço público, para o lazer, que as crianças sofrem todo tipo de violência, ele está na rua não como um ator público, mas está na rua por força do comportamento criminoso do sistema injusto vigente. No entanto é na esfera privada, na intimidade da família, que se registra o maior índice de violência contra essas crianças, pois cerca de 63% revelada pela pesquisa da (ANDI) Agência de Notícias dos Direitos da Infância, são cometidas entre familiares. Pois essa famílias desestruturadas, com lares desfeitos, vítimas

da fome e da miséria, entre outros e a falta de políticas públicas voltadas para o social como medida de proteção, deixam de ser o lugar de segurança, da afetividade, para dar lugar à violência doméstica.

É, portanto, nesse imaginário dessa violência no público e no privado, que as crianças deixam de ser vítimas e passam a ser sujeito. Elas são quase adultizadas, conhecidas numa metamorfose de que são perigosas e delinqüentes e até consideradas como monstros, por isso passam a ser agentes passivos e ativos da violência, e ingressando muito cedo no mundo da criminalidade.

Para reverter esse quadro desumano, é preciso chamar a atenção do comunicador social no sentido de se formar para um jornalismo mais ético, tratando das matérias relacionadas com a infância infeliz, de forma menos preconceituosa, e numa visão mais global. Exigir uma formação mais humanitária para os profissionais da comunicação, e que a imprensa falada, escuta e televisionada dê mais prioridade a temas relacionados com a infância e adolescência. Estimular o comunicador social a ser mais amigo da criança, e a exercer sua profissão desprovido do conceito negativo dos Direitos Humanos, reconhecendo que a infância infeliz tem suas causas ligadas à falta de condições sócio-econômicas e de afetividade. Por isso é fundamental que a mídia tenha uma visão transcendental.

Acima de tudo a ética deve superar o econômico e o social, e ressaltar a relevância de padrão intrínseco do valor da criança e do adolescente na perspectiva de um novo tempo em que surjam coisas novas, de modo que as crianças e os adolescentes assumam sua condição de sujeito de direito, com voz e vez nesse processo de mudança.

Mas é preciso, que a imprensa, a mídia e o jornal como um todo conheçam a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, como um instrumento eficaz de defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, deixando de lado o mito falso de que o ECA é difícil de ser aplicado na realidade brasileira; por isso é necessário cobrar a sua exigibilidade no sentido de garantir a proteção e a defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes em nosso país.

Por fim, podemos constatar algum tipo de mudança da imprensa a respeito desse novo olhar sobre a infância infeliz; pois o Correio Brasiliense fez uma pesquisa nos jornais de 24 Estados da Federação e os dois jornais cearenses ficaram um em 12º lugar, "Jornal O Povo", e 42º, o "Diário do Nordeste", no ranking, a respeito desse novo olhar sobre a infância e adolescência, caracterizando-se assim que já existe numa parte da imprensa esforço para mudança por parte dos comunicadores sociais e órgãos para os quais trabalham.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Consideramos de suma importância a pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa, realizada na Comunidade Cristo Redentor na cidade de Itapipoca-Ce. Apresenta-se a nós interessante porque nos forneceu dados concretos para alcançarmos o nosso objetivo: detectar o tipo de violência contra criança e adolescente naquela comunidade.

2. É importante compreender que o ser humano se constrói ou se desconstrói em sociedade, num ambiente em que ele busque tudo o que lhe é permitido ou não. Cada indivíduo tem sua própria história de vida que mesmo sendo diversificada, é semelhante.

3. Com a realização desta pesquisa qualitativa e quantitativa, através do estudo descritivo do questionário estruturado, possibilitou a identificação dos índices de violência presentes na comunidade pesquisada, que indicou: 54,4% na formação de gangues formadas por pessoas do bairro. 41,2% estão envolvidas com as drogas, enquanto 14,7% das gangues são constituídas pelos próprios pesquisados, dos quais 14,7% são usuários de drogas, ao mesmo tempo que integram as gangues.

4. Em relação aos resultados da análise do conteúdo da História de Vida dos pesquisados, a pesquisa revelou que a maior parte da violência focal presente na Comunidade do Cristo Redentor, é considerada em primeiro lugar como a violência policial e em segundo, a violência doméstica, praticada por parentes próximos, sobretudo pelos pais.

5. O sistema injusto do modelo brasileiro conseguiu destruir nessas crianças e adolescentes os valores humanos: da dignidade, sensibilidade, solidariedade, respeito ao outro, auto-estima, fraternidade, amor à vida, para inculcar neles a diferença frente ao sofrimento do irmão, o encarceramento da violência brutal com naturalidade, a perda da sensibilidade frente à barbárie como que um retorno aos tempos antigos.

6. Não obstante já existe no ordenamento jurídico brasileiro diploma legal voltado para a solução da problemática relativa à criança e ao adolescente, impõe-se, entretanto, a concreção da legislação pertinente, mormente no tocante à violência praticada contra a criança e ao adolescente.

7. Um novo momento histórico e político vem com possibilidade como afirma o prof. Eduardo Girão (UNIFOR) que teremos em breve um presidente do povo e um povo presidente apontando para a Esperança de resgatar valores, éticos, morais, de solidariedade, no sentido de se construir uma cidadania em que as crianças e os adolescentes se tornem sujeitos de direito e construtores de uma sociedade justa e uma paz duradoura.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. GOHN, M. G. História dos Movimentos e Lutas Sociais – A construção da cidadania dos brasileiros – São Paulo; Ed. Loyola, 1994.
2. ZENAIDE, Maria Nazaré T., O educador e a prática da Educação em direitos humanos na Universidade ZENAIDE, Maria de Nazaré T, DIAS Lucia Lemos,(Org), João Pessoa. Editora Universitária, UFPB, 2001.
3. SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão, São Paulo: Nobel, 1998.
4. DORNELLES, João Ricardo W., O que são os direitos humanos? São Paulo: Editora Braziliense, 1989.
5. CATÃO, Maria de Fátima F. Martins – Projeto de Vida em Construção: na exclusão / inserção social – UFPB / Ed. Universitária.
6. ABRIL 2002 – Almanaque – Revista perspectiva – Indicadores – Ed. Abril 28ª Edição.
7. BERGER, P. LUCKMAN, T. A Construção Social da Realidade, Petrópolis, Vozes, 1973.
8. ABRIC, J. C. Pratiques Sociales et. Repúsentarons. Paris, PUF, 1994.
9. SIME, L., Educación em Derechos Humanos: apuntes para una nueva práctica, Chile, Cooperación Nacional de Reparación y Reconciliación JPIIE, 1994.
10. JUCÁ, José Neto, Revista do Conselho Penitenciário. ANO II, nº2 – Fortaleza – Ceará, 1978.
11. ÁRIES Philippe, História Social da Criança e da Família, Título original: L'Enfont e la Vie familiale sous C'Ancien Régime.. Edição para o Brasil, Livro Técnico e Científico Editora S.A. Rio de Janeiro, RJ – 1981.
12. COMDICA - Diagnóstico sobre a situação de crianças e adolescentes em Fortaleza – Ce, 2001.
13. LIMA, Jaime Benevenuto Jr. apud Lena Zelterström – Extreme Pobreza no Brasil – Edições Loyola – São Paulo – SP. Brasil – 2002.
14. BALESTRERI, Ricardo Brisolla, Direitos Humanos, Coisa de Polícia – CAPEC. Revista Ampliada 2ª edição-Gráfica e Editora Berlthier– Passo Fundo, R.S. – 2002.
15. CHOMSKY; de olho nos erros dos EUA. República-36. Revista ob SITE. O MUNDO DELE. 2001.
16. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, e FERNANDES, Terezinha Cavalcanti. Representações sociais e educação em Direitos Humanos. João Pessoa. UFPB, 1997 (misneo).
17. SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides, Cidadania e direitos humanos. São Paulo:

- Caderno de Política. Fundação Carlos Chagas. Coretz Editora, Julho 1998, nº104.
18. GIUSEPPE, Tosi, Anotações sobre História Conceitual dos Direitos Humanos – ZENAIDE, Maria de Nazaré T, DIAS Lucia Lemos,(Org), Formações em Direitos Humanos na Universidade, João Pessoa. Editora Universitária, UFPB, 2001.
 19. CAVALCANTI, Carlos André Macedo – História Social dos Direitos Humanos. Desmitologização, Imaginário e Tipo Ideal – ZENAIDE, Maria de Nazaré T, DIAS Lucia Lemos,(Org), Formações em Direitos Humanos na Universidade, João Pessoa. Editora Universitária, UFPB, 2001.
 20. PEQUENO, Marconi Pimentel, - Ética, Direitos Humanos e cidadania, ZENAIDE, Maria de Nazaré T, DIAS Lucia Lemos,(Org), Formações em Direitos Humanos na Universidade, João Pessoa. Editora Universitária, UFPB, 2001.
 21. JUCÁ NETO, José, Elementos de direito Agrário: direitos do homem na sociedade rural. Fortaleza, Edições UFC, 1985.
 22. CANDAU, Vera – Texto: Educação em Direitos Humanos: Uma Proposta de Trabalho – Novamerica – PUC-RJ, 1999.

ANEXOS